



Ata nº 022 da Sessão Ordinária nº 022, de
03 de abril de 2014.

Às nove horas do dia três de abril de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ**, **SÉRGIO LEÃO**, e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 0378; ausência dos Conselheiros **DANIEL LAVAREDA** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Chefe do Ministério Público de Contas, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 130012010-00; Prefeitura Municipal de Barcarena; Prestação de Contas – exercício 2010 - Governo; Responsável: João Carlos dos Santos Dias; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Barcarena a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de João Carlos dos Santos Dias, com recolhimento ao FUMREAP no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pelo descumprimento do art. 212, da CF/88 (Educação), do art. 22 da Lei 11.494/07 (FUNDEB), do art. 77, III, da ADCT (Saúde) e do art. 19, III, da LC nº 101/00 (Gastos com pessoal do Município), assim como a arrecadação da receita abaixo da meta prevista, nos termos do art. 282, I-b, do RI/TCM/Pa; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 130012010-00; Prefeitura Municipal de Barcarena; Prestação de Contas – exercício 2010 - Gestão; Responsável: João Carlos dos Santos Dias; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Barcarena, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de João Carlos dos Santos Dias, que deverá recolher as seguintes importâncias: I - aos Cofres Municipais: - R\$-8.945,04 (oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos), multa equivalente a 5% da remuneração anual do Ordenador, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, remessa intempestiva



dos RGF's do 1º e 3º quadrimestres; - R\$- 21.915,36 (vinte e um mil, novecentos e quinze reais e trinta e seis centavos), relativo a devolução pelo pagamento a maior aos Gestores Municipais (Prefeito R\$-12.523,08 e Vice-Prefeito R\$-9.392,28), devidamente atualizado; II - ao FUMREAP/TCM: - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), multa pela remessa intempestiva do PPA, da LDO, da LOA e do RREO do 1º bimestre, nos termos do art. 284, I e IV, do RI/TCM/Pa; - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa pela divergência na receita orçamentária, conta Receita a Comprovar, descumprimentos do art. 1º, § 1º, da LRF, do art. 20, Inciso III, alínea "b" da LRF e do art. 50, inciso II, da LRF, nos termos do art. 282, I-b, do RI/TCM/Pa; - R\$-30.000,00 (trinta mil reais), multa sobre as despesas não lícitas no montante de R\$-16.903.843,19 (dezesseis milhões, novecentos e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e dezenove centavos), com base no art. 57 da LC nº 084/2012; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pela ausência de detalhamento da arrecadação dos impostos municipais e da documentação do Convênio nº 003/2010, com fulcro no art. 282, III-a; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 280022010-00; Câmara Municipal de Curralinho; Prestação de Contas – exercício 2010; Responsável: Elias de Souza Serrão; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Curralinho, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Elias de Souza Serrão, com recolhimento aos Cofres Municipais da quantia de R\$-11.900,00 (onze mil e novecentos reais), relativa a não comprovação do pagamento das diárias; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 670022012-00; Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari; Prestação de Contas – exercício 2012; Responsável: Elias Serur Pardauil Júnior; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Elias Serur Pardauil Júnior, que deverá recolher as seguintes importâncias: I - aos Cofres Municipais: - R\$-178.231,12 (cento e setenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e doze centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pela remessa intempestiva do RGF do 1º quadrimestre e pelo não envio do 3º quadrimestre, infringindo o artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; II - ao FUMREAP/TCM: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pelo não envio dos Atos de abertura de créditos, das Portarias comprovando as diárias do Vereador Presidente e a relação de Bens, com fundamento no caput do art. 284, do RI/TCM/Pa, e pelo descumprimento do art. 50, II, da LRF (não apropriação das obrigações patronais), com fulcro do



art. 282-B, do RI/TCM/Pa; - R\$-10.000,00 (dez mil reais), por não prestar contas no prazo legal do 3º quadrimestre; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 490022008-00; Câmara Municipal de Muaná; Prestação de Contas – exercício 2008 Anuais de Gestão; Responsável: Nilton Santos Freitas Teixeira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Muaná, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Nilton Santos Freitas Teixeira, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias: I – aos Cofres Municipais: R\$-5.888,37 (cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), com as devidas correções, referente à conta “Agente Ordenador”; II - ao FUMREAP: multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20124, pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais do exercício e saldo disponível insuficiente à cobertura dos restos a pagar inscritos no exercício; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 672742011-00; Fundo Municipal de Educação de Santa Cruz do Arari; Prestação de Contas – exercício 2011; Responsável: Gilcileia Leal de Leal; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Elias Serur Pardauil Júnior, que deverá recolher os seguintes valores: I - aos Cofres Municipais: - R\$-178.231,12 (cento e setenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e doze centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizado; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pela remessa intempestiva do RGF do 1º quadrimestre e o não envio do 3º quadrimestre, infringindo o artigo 5º, inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; II - Ao FUMREAP/TCM: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), multa pelo não envio dos Atos de abertura de créditos, das Portarias comprovando as diárias do Vereador Presidente e a relação de bens, com fundamento no caput do art. 284, do RI/TCM/Pa, e pelo descumprimento do art. 50, II, da LRF (não apropriação das obrigações patronais), com fulcro do art. 282-B, do RI/TCM/Pa; - R\$-10.000,00 (dez mil reais), por não prestar contas no prazo legal do 3º quadrimestre, gerando danos ao Erário; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 140112009-00; Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SEMAJ; Prestação de Contas – exercício 2009; Responsável: Laíra Lobão Villas; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não



aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SEMAJ, exercício de 2009, de responsabilidade de Laíra Lobão Villas, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-8.676.239,56 (oito milhões, seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos). **Processo nº 201118915-00; Prefeitura Municipal de Moju;** Recurso de Revisão contra a decisão objeto da Resolução nº 9.200/08-TCM, de 14.10.2008; Responsável: João Martins Cardoso Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 12, 13 e 14: **Processo nº 201110154-00; IPAMB/PMB;** Pensão - Portaria nº 087/11, de 20.10.11; Interessado: Manoel Alves Botelho; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201216927-00; IPAMB/PMB;** Pensão - Portaria nº 1208/12, de 18.09.12; Interessada: Nilce de Jesus Lima Aflalo e Maria Isabel Castelo Branco; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201306905-00; IPAMB/PMB;** Pensão - Portaria nº 0458/13, de 11.04.13 Interessada: Odete Dias da Costa Farias; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 1 do aditamento: **Processo nº 420012005-00; Prefeitura** **Municipal de Marabá;** Outros - 2005, Prestação de Contas; Responsável: Sebastião Miranda Filho (01/01 a 20/04 e 07/10 a 31/12/2005) e Maurino Magalhães de Lima (21/04 a 06/10/2005); Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Alcides Alcantara, com Pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares, na Sessão Plenária do dia 16.09.2010. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Cezar Colares proferiu seu **VOTO VISTA**: *"pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas de ambos os Ordenadores, com aplicação de multa ao FUMREAP pelas falhas apontadas, nos seguintes valores: Ordenador Sebastião Miranda Filho,*



R\$-3.000,00 (três mil reais), e Ordenador Maurino Magalhães de Lima, R\$-4.000,00 (quatro mil reais) ”.

Em votação: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas declararam estarem aptos a votarem, e acompanharam o VOTO VISTA do Conselheiro Cezar Colares. A Conselheira Mara Lúcia retificou seu voto preferido na Sessão do dia 16.09.2010 e acompanhou o VOTO VISTA do Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, acompanhando o VOTO VISTA do Conselheiro Cezar Colares, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas de ambos os Ordenadores, com aplicação de multa ao FUMREAP pelas falhas apontadas, nos seguintes valores: Ordenador Sebastião Miranda Filho, R\$-3.000,00 (três mil reais), e Ordenador Maurino Magalhães de Lima, R\$-4.000,00 (quatro mil reais). Vencido o Conselheiro Alcides Alcantara que votou pela emissão de parecer prévio recomendando a não aprovação das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nº's 10, 11 e 15:

Processo nº 200718406-00; Arquidiocese de Belém – Pastoral do Menor; Prestação de Contas do Convênio nº 011/2007, celebrado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável: Arcebispo Dom Orani Tempesta; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Arcebispo Metropolitano de Belém, Dom Orani Tempesta, relativamente ao emprego da importância de R\$-15.652,85 (quinze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), recebidos através do Convênio nº 011/2007, firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 200802235-00; Sociedade Cultural Luiz Otávio Cardoso dos Santos – Escola de Samba “Embaixadores Azulinos”;** Prestação de Contas - Exercício 2008; Prestação de Contas do Convênio nº 101/2007, celebrado com a Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL/PMB; Responsável: Luiza Cardoso dos Santos; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.612, de 31.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pela Senhora Luiza Cardoso dos Santos, relativamente ao emprego da importância de R\$-4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais), recebidos através do Convênio nº 101/2007 (fls. 02/04), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201310803-00; SEMEC; Contratos de Servidores Temporários;** Interessada: Nelly Cecília Paiva Barreto da Rocha; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo



dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos 27 (vinte e sete) Contratos Temporários de Pessoal, de nº's 009, 015, 017-021, 023-026, 028-036, 039-041, 043-046, todos para atuarem no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM URBANO/Ministério da Educação, realizado com Sônia Maria Ladislau do Nascimento e outros, para as funções de Preparador de Merenda, Educador de Ensino Fundamental, Educador de Acompanhamento do Acolhimento de Criança, no período de 01/06/2013 a 17/12/2013, celebrados com os servidores e a SEMEC, no programa PROJOVEM URBANO; juntada à prestação de contas respectiva. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para parabenizar o Conselheiro Cezar Colares pela posse no Conselho Deliberativo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil para o biênio 2014-2015, ocorrida no último dia 27 de março, em Brasília, no Plenário do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF), no que foi acompanhada pelos demais Conselheiros presentes e pela Procuradora Chefe do Ministério Público de Contas, Dra. Elisabeth Salame da Silva. O Conselheiro Cezar Colares agradeceu os votos recebidos e registrou o aniversário do Conselheiro Sérgio Leão, transcorrido no dia de ontem, externando votos de felicidades, no que foi acompanhado pelos Conselheiros e pela Procuradora Chefe do Ministério Público de Contas. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em três de abril de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão